

## EDUCANDO PARA A COMPLEXIDADE: O PAPEL DA FORMAÇÃO DOCENTE NO DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA PLANETÁRIA

### *EDUCATING FOR COMPLEXITY: THE ROLE OF TEACHER TRAINING IN FOSTERING PLANETARY CONSCIOUSNESS*

Tiago Eurico de Lacerda<sup>1</sup>

Daniele Saheb Pedroso<sup>2</sup>

#### RESUMO

A reflexão sobre a formação docente é essencial no contexto da nossa complexa existência planetária, e o presente artigo articula essa discussão com a concepção de uma educação voltada para a compreensão do nosso lugar no mundo. É importante trabalharmos para uma práxis centrada na valorização da condição humana através da complexidade, que apresenta paradigmas distintos daqueles que buscam uma visão simplista e disruptiva. O artigo salienta a necessidade de um ensino que ultrapasse a simples transmissão de conteúdos e adote uma postura ética e solidária, tendo a Epistemologia Solidária como orientadora dessa prática. A transição para um novo paradigma de ensino, que reconheça a complexidade e a interdependência da vida, implica em repensar nossas práticas pedagógicas e os papéis desempenhados por professores e alunos.

**Palavras-chaves:** Formação docente; condição humana; complexidade; solidariedade.

#### ABSTRACT

*Reflection on teacher education is crucial within the context of our intricate planetary existence, and this article aligns this discourse with the conception of education geared towards comprehending our place in the world. It is imperative to strive for a praxis centered on the appreciation of the human condition through complexity, presenting paradigms distinct from those advocating for a simplistic and disruptive view. The article underscores the necessity of an education that transcends mere content transmission and embraces an ethical and solidarity-oriented approach, guided by Solidarity Epistemology. The shift toward a new teaching paradigm, acknowledging the complexity and interdependence of life, necessitates a reconsideration of our pedagogical practices and the roles assumed by teachers and students.*

**Keywords:** Teacher education; human condition; complexity; solidarity.

<sup>1</sup> Professor de Filosofia e de Prática de Formação no Instituto de Educação Estadual de Londrina (IEEL). Pós-doutorando em Educação, Doutor e Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). e-mail: tel.filosofia@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. e-mail: daniele.saheb@pucpr.br.

## INTRODUÇÃO

Na celebração da unidade inseparável entre o homem e o mundo, convidamos a todos a se engajarem neste diálogo profundamente reflexivo sobre o papel da formação docente no contexto de nossa complexa existência planetária. Nesta narrativa, nós nos debruçamos sobre a necessidade de uma reconfiguração radical da educação, uma que honre a intricada teia da vida e respeite a dignidade inerente de cada ser humano. Nosso ponto de partida é o conceito da nossa identidade terrena, que configura a nossa condição humana, uma perspectiva profundamente interconectada e holística da existência, expressa magistralmente por Edgar Morin. O reconhecimento de que a humanidade não é uma entidade isolada, mas uma manifestação emergente da complexa trama de vida que cobre nosso planeta, instiga a necessidade de uma educação que reflète essa realidade. Aqui, a formação docente se torna crucial, pois são os professores que mediam o conhecimento e cultivam a consciência do nosso lugar no mundo, na biosfera, no cosmos.

Guiados pela convicção de que a educação é uma prática de liberdade e não de dominação, exploramos a necessidade de um ensino que vá além da mera transmissão de conteúdos. Reconhecemos a partir do conceito de *autoformação*, um processo educacional que valoriza a participação ativa do aluno, a reflexão crítica e a responsabilidade pessoal, revelando-se uma ferramenta poderosa para transformação social. Nossa inspiração perpassará também pelo conceito de *Epistemologia Solidária* de Assmann e Mo Sung, que nos convida a considerar o conhecimento não como um fim em si mesmo, mas como um meio para a construção de uma sociedade justa e solidária. A educação, portanto, não deve ser um instrumento de exclusão, mas um veículo de inclusão social, de igualdade e de justiça.

Em nossa reflexão contemplaremos os desafios e as possibilidades inerentes à transição para uma nova abordagem educacional. A passagem para um paradigma de complexidade na educação nos obriga a questionar muitas das suposições convencionais sobre o que significa aprender e ensinar. Por muito tempo, nosso sistema educacional se baseou na ideia de que o conhecimento poderia ser dividido em disciplinas distintas, isoladas umas das outras, e que os estudantes eram receptáculos vazios à espera de serem preenchidos com informações. Contudo,

este modelo não se adequa à complexa realidade do século XXI. Num mundo cada vez mais interconectado e interdependente, o ensino que fragmenta o conhecimento em diferentes disciplinas é insuficiente. O que precisamos é de uma abordagem que reconheça a interligação e a interdependência de todas as coisas. Uma abordagem que ensine aos alunos a pensar de forma sistêmica e integrada, que valorize a diversidade e a pluralidade e que reconheça a importância dos valores éticos e da responsabilidade social.

E é neste contexto que o papel do professor se torna central. O professor, mais do que um mero transmissor de informações, deve ser um facilitador de aprendizagem, um guia que ajuda os alunos a navegar na complexidade do mundo e a fazer conexões significativas entre o conhecimento e a vida cotidiana. A formação docente, portanto, deve ir além do domínio dos conteúdos e das técnicas pedagógicas e abraçar também a formação humana, a consciência ética e a capacidade de estimular o pensamento crítico e reflexivo. Esse é um desafio formidável, mas também uma oportunidade única. Ao repensar a formação docente à luz do paradigma da complexidade, temos a chance de transformar a educação em um instrumento poderoso para a construção de um mundo mais justo, equitativo e sustentável.

Entendemos que a jornada será desafiadora. A reforma do sistema educacional requer coragem, visão e um compromisso firme com os princípios da justiça social e da solidariedade. Porém, estamos convencidos de que será uma jornada que vale a pena empreender. Como Paulo Freire nos lembra, a educação é uma prática de liberdade, e é nossa responsabilidade coletiva garantir que ela realize plenamente esse potencial. Por isso, encorajamos a todos, educadores e estudantes, pesquisadores e praticantes, a se juntarem a nós nesta jornada. Juntos, podemos construir uma educação que reflita a complexidade de nossa existência, que promova a justiça social e a solidariedade, e que nos ajude a reconhecer e valorizar nossa identidade terrena. A tarefa é grande, mas a recompensa é ainda maior: a possibilidade de um mundo mais justo, equitativo e sustentável para todos nós.

## 1 CONSCIENTIZAR PARA A CONDIÇÃO HUMANA E PLANETÁRIA

Num primeiro instante para a conscientização de nossa humanidade é importante a compreensão de que somos um com a vida e a terra. Segundo Morin & Kern, “a Terra não é a adição de um planeta físico, mais a biosfera, mais a humanidade. A Terra é uma totalidade complexa física/biológica/antropológica, em que a vida é uma emergência da história da terra, e o homem uma emergência da história da vida terrestre” (2003, p. 63). A reflexão proposta por Morin & Kern sobre a interconexão entre o físico, o biológico e o antropológico serve como um ponto de partida crucial para o nosso entendimento e consciência da condição humana. A partir dessa perspectiva, percebemos que somos, intrinsecamente, parte de um sistema maior e complexo, o qual não é simplesmente a soma de suas partes, mas um organismo intricado e coeso.

Partindo do princípio de que somos emergentes da história da vida terrestre, como propõe Morin & Kern, é possível direcionar a nossa educação para a compreensão de que cada ação que realizamos tem um impacto nesse sistema complexo. O entendimento de que a Terra é um todo complexo, e não apenas a adição de diferentes componentes, deve ser incorporado em nossas práticas educativas. Como educadores, a conscientização para a condição humana passa pela necessidade de desenvolver uma pedagogia que promova a compreensão desta complexidade e a responsabilidade inerente que cada indivíduo tem no papel de sustentação e preservação do planeta. Nossa tarefa é proporcionar um aprendizado que ultrapasse a simples transmissão de conteúdos e habilidades técnicas, mas que ao mesmo tempo, inspire reflexão, consciência crítica e uma profunda apreciação pela vida em todas as suas formas.

A sala de aula, então, deve se transformar em um espaço de diálogo e interação, onde a complexidade da vida é reconhecida e valorizada. As disciplinas devem ser abordadas de maneira transdisciplinar, mostrando aos estudantes que os fenômenos da vida não ocorrem de maneira isolada, mas estão interconectados em uma teia de relações. Nossa tarefa, como educadores conscientes de nossa condição humana, é alimentar essa compreensão da complexidade da vida, de maneira que nossos alunos não vejam a si mesmos como meros espectadores do mundo, mas como participantes ativos e responsáveis pela sua continuidade.

Nesse sentido, a educação deve promover a empatia, a cooperação, a consciência ecológica, a sustentabilidade e, acima de tudo, a conscientização da nossa interdependência com todas as formas de vida.

Morin & Kern reforçam que “a vida é uma força organizadora biofísica em ação na atmosfera que ela criou, sobre a terra, debaixo da terra, nos mares, onde ela se espalhou e se desenvolveu. A humanidade é uma entidade planetária e biosférica” (2003, p. 63). Esta percepção de que somos uma entidade planetária e biosférica implica uma visão de mundo na qual as fronteiras entre o humano e o não humano, entre o biológico e o físico, entre o indivíduo e o coletivo, são fluídas e interdependentes. Trata-se de uma visão que desafia a nossa tendência habitual de ver o mundo em compartimentos separados e desconectados.

Como professores, somos chamados a promover esta consciência em nossos alunos. É preciso ensinar a eles que, em todas as nossas ações, estamos interagindo com e influenciando essa força biofísica organizadora que é a vida. Devemos mostrar que as decisões que tomamos têm um impacto direto na saúde e no bem-estar do planeta e de todas as suas formas de vida. Isso envolve não apenas a compreensão dos processos naturais e ecológicos, mas também a consciência do papel que desempenhamos como membros da comunidade global. Devemos encorajar nossos alunos a verem a si mesmos não apenas como cidadãos de seus países, mas como cidadãos do mundo, parte integrante da biosfera.

Assim, a educação deve ir além do mero aprendizado de fatos e técnicas, devendo incorporar uma visão holística que reconhece a unidade e a interconexão de todas as formas de vida. Nós, como educadores, devemos fomentar em nossos alunos a consciência de que a preservação da biosfera não é apenas uma questão de sustentabilidade ambiental, mas uma questão de sustentabilidade humana e planetária.

A partir da concepção de formação de professores numa perspectiva de uma educação do futuro, é fundamental ensinar e aprender a condição humana como um saber fundamental a ser explorado a partir da complexidade. Nessa ótica, a obra *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*, de Morin apresenta um capítulo intitulado: *Ensinar a condição humana*. A compreensão da complexidade e diversidade da condição humana é essencial para que os

educadores possam promover uma educação humanizada, que valorize a individualidade e estimule o desenvolvimento integral dos alunos.

Segundo Morin, “a hominização conduz a novo início. O homínídeo humaniza-se. Doravante, o conceito de homem tem duplo princípio; um princípio biofísico e um psico-sócio-cultural, um remetendo ao outro (2000, p. 51). De um lado, temos a dimensão biofísica, que nos liga a todos os seres vivos através da nossa condição biológica. A evolução da vida na Terra, que culminou na aparição dos homínídeos e, finalmente, na espécie humana, é uma parte inseparável de quem somos. Somos frutos de milhões de anos de evolução, carregando em nosso DNA as marcas de nossa ancestralidade e, ao mesmo tempo, a promessa do que poderemos nos tornar.

Do outro lado, temos a dimensão psico-sócio-cultural, que é a manifestação da nossa capacidade única de criar cultura e sociedade. A humanização, segundo Morin, não é apenas um processo biológico, mas também um processo social e cultural. Através de nossas interações sociais e da transmissão de cultura, construímos significados, criamos laços afetivos, desenvolvemos nossa identidade e moldamos nossa visão de mundo. Nossas crenças, nossas emoções, nossos valores, nossas artes, nossas tecnologias, tudo isso emerge do intrincado tecido da nossa experiência psico-sócio-cultural.

Assim, o aprendizado da condição humana implica em compreender e valorizar ambas as dimensões da nossa existência. É entender que a dualidade biofísica e psico-sócio-cultural é uma unidade complexa que forma a base da experiência humana. Nesse sentido, a educação deve promover um aprendizado integrado e holístico, capaz de contemplar a complexidade e a riqueza da condição humana em todas as suas facetas. Ensinar a condição humana envolve ir além da transmissão de conhecimentos técnicos e acadêmicos. É sobre proporcionar aos estudantes uma compreensão mais profunda de si mesmos e do mundo ao seu redor. Como destacado por Morin (2000), a educação deve abordar a complexidade da condição humana, reconhecendo a multiplicidade de aspectos que a compõem, como emoções, experiências, culturas e relações sociais.

A conscientização para uma educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana. Estamos na era planetária; uma aventura comum

conduz os seres humanos, onde quer que se encontrem. Estes devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano (MORIN, 2000). Nesse sentido, a formação de professores deve incluir a reflexão sobre as dimensões emocionais, sociais e culturais da condição humana. Os professores devem estar preparados para lidar com as diferentes vivências e perspectivas dos alunos, promovendo a valorização da diversidade e o respeito pela individualidade de cada estudante para que cada um possa questionar o seu lugar no mundo, o seu protagonismo com um ser integrado e complexo que se afasta das formas disruptivas e fragmentadas de se pensar a humanidade, pois assim encontraremos nosso compromisso histórico em um mundo que promove um cerceamento da vida e liberdade humana em favor de um sistema fixo e estagnado. O momento é de movimento, de devir, de abrir os horizontes.

Como afirmou Paulo Freire, “reencontrar-se como sujeito, e liberar-se, é todo o sentido do compromisso histórico. Já a antropologia sugere que a ‘práxis’, se humana e humanizadora, é a ‘prática da liberdade’” (2018, p. 23), pois a educação verdadeiramente libertadora se dá quando o educador se enxerga como sujeito da própria história e reconhece a humanidade dos educandos, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes. Ensinar a condição humana também envolve desenvolver a empatia e a capacidade de se colocar no lugar do outro.

Nel Noddings (2002) afirma que a educação moral e emocional é essencial para cultivar uma compreensão empática da condição humana, permitindo que os alunos se relacionem de forma mais profunda e solidária com os outros. E os professores também aprendem nesse caminho a relacionar-se consigo mesmo e com os seus interlocutores, sendo assim, o ser humano “é um ser a um só tempo plenamente biológico e plenamente cultural, que traz em si a unidualidade originária” (MORIN, 2000, p. 52), pois se deixássemos de lado nossos outros aspectos para prendermo-nos somente a nossa biologia, não passaríamos de um primata pré-histórico. Nós nos realizamos plenamente na cultura, como animais políticos inseridos nessa teia social onde a vida tece o seu sentido.

## 2. A IMPORTÂNCIA DA COMPLEXIDADE PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

É importante que os educadores estejam atentos às necessidades, aspirações e dificuldades dos alunos, criando um ambiente acolhedor e seguro. Ao incentivar a escuta ativa e a compreensão mútua, os professores promovem a construção de relações dialógicas, saudáveis e uma atmosfera propícia para o aprendizado. É essencial que os professores estimulem a reflexão crítica sobre questões sociais, éticas e morais relacionadas à condição humana. Nesse mesmo sentido, Martha Nussbaum (2010) ressalta que a educação deve promover o desenvolvimento das capacidades humanas básicas, como a imaginação, a reflexão crítica, a empatia e o senso de justiça, a fim de formar cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os professores devem incentivar os estudantes a refletir sobre temas como justiça, igualdade, responsabilidade social e sustentabilidade. Através da análise de dilemas e situações complexas, os professores podem auxiliar os alunos a desenvolver um pensamento crítico e ético, contribuindo para sua formação como cidadãos conscientes e engajados. Por isso, desde a formação inicial de professores, é fundamental oferecer oportunidades de reflexão sobre a condição humana por eixos da complexidade através de estudos de caso, discussões em grupo, análise de obras literárias, filmes, entre outras abordagens para que eles possam estar melhor preparados para essa práxis junto aos estudantes. Essas atividades podem ajudar os educadores a expandir sua própria compreensão da condição humana e a desenvolver estratégias pedagógicas mais inclusivas e relevantes.

Na formação de professores, a discussão sobre ética humana e responsabilidade desempenha um papel fundamental. A compreensão dos princípios éticos e da importância da responsabilidade social é essencial para que os educadores possam guiar seus alunos na construção de um mundo mais justo, sustentável e responsável. Nesse contexto, a obra *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro* de Edgar Morin e *O princípio responsabilidade* de Hans Jonas, como veremos no tópico a seguir, fornecem perspectivas enriquecedoras para refletir sobre essa temática.

A formação docente é um componente fundamental na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. Porém, para que os educadores estejam preparados para enfrentar os desafios do século XXI, é crucial que essa formação aborde a complexidade inerente à nossa realidade global. A complexidade se refere à interdependência e interação de múltiplos elementos dentro de um sistema, em que a mudança em um aspecto pode ter efeitos em cascata em outros. Na educação, essa complexidade se manifesta de várias formas: na diversidade de nossos alunos, na interconexão dos tópicos que ensinamos, nas questões sociais e ambientais que nossas sociedades enfrentam e em como tudo isso se relaciona.

Nesse contexto, a obra de Edgar Morin, *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*, apresenta uma estrutura conceitual valiosa quando ele sugere que a educação do futuro deve levar em conta a complexidade, promovendo uma visão integrada e sistêmica do mundo. Isso implica uma mudança na maneira como concebemos a educação, saindo de uma visão compartimentada do conhecimento para uma perspectiva que reconheça as conexões entre os diferentes aspectos da realidade. Por outro lado, a obra de Hans Jonas, *O Princípio Responsabilidade*, oferece uma contribuição fundamental ao enfatizar a necessidade de uma ética orientada para o futuro. Com o aumento da complexidade e da incerteza, é crucial que nossos educadores e alunos sejam capazes de pensar criticamente sobre as implicações de longo prazo de suas ações e decisões.

Portanto, a formação docente para a complexidade envolve a preparação de educadores que não apenas entendam a natureza interconectada do nosso mundo, mas que também sejam capazes de incorporar essa compreensão em sua prática pedagógica. Eles devem ser capazes de guiar os alunos na exploração de questões complexas, promovendo a reflexão crítica, a colaboração, a criatividade e a responsabilidade ética. Ao preparar professores para a complexidade, nós os equipamos com as ferramentas necessárias para ajudar seus alunos a navegar em um mundo cada vez mais interconectado e incerto, cultivando cidadãos que sejam não apenas bem-informados, mas também conscientes de suas responsabilidades para com a humanidade e o planeta.

### 3. RESPONSABILIDADE GLOBAL

De acordo com Morin, “o enfraquecimento da percepção do global conduz ao enfraquecimento da responsabilidade” (2000, p. 40). Isso implica em uma abordagem que ultrapassa a mera aquisição de informações, buscando desenvolver nos alunos uma consciência ética e uma compreensão da complexidade da condição humana em sua relação planetária. Os professores têm a responsabilidade de estimular tal reflexão sobre valores e princípios éticos, promovendo uma educação que forme cidadãos comprometidos com a justiça, a solidariedade e o respeito ao meio ambiente.

Hans Jonas, em sua obra *O Princípio Responsabilidade*, destaca a importância de assumir a responsabilidade pelas consequências das ações humanas, especialmente no que diz respeito às questões ambientais. Segundo Jonas, agir eticamente significa reconhecer nossa responsabilidade pelas gerações futuras, levando em consideração as consequências de nossas ações no presente, por isso ele destaca a importância de um novo imperativo que seja adequado ao novo tipo de agir humano: “aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra” (2006, p. 47), ou seja, nossa ação e consciência precisa estar em equilíbrio com a nossa permanência digna sobre a terra. Os problemas que o mundo sofre em qualquer esfera são nossos problemas e não somente de determinados povos específicos. Uma consciência e responsabilidade planetária é importante tanto para a sensibilização quanto para o cuidado mútuo.

Devemos relacionar a ética da compreensão entre as pessoas com a ética da era planetária, que pede a mundialização da compreensão. A única verdadeira mundialização que estaria a serviço do gênero humano é a da compreensão, da solidariedade intelectual e moral da humanidade (MORIN, 2000, p. 102).

Os professores, como agentes de transformação social, têm o dever de transmitir essa responsabilidade aos alunos, conscientizando-os sobre a importância de agir de forma ética e responsável em relação à manutenção da vida em prol das gerações futuras, mas começando de forma urgente uma reflexão no agora. Relacionando a obra de Morin e *O Princípio*

*Responsabilidade* de Jonas com a formação de professores, é fundamental que os educadores compreendam a importância de ensinar ética e responsabilidade como parte integrante do currículo escolar, mas sobretudo com relação a vida em todas as suas esferas. Os pensamentos de Morin e Jonas seguem caminhos que colaboram para se pensar uma formação integral a partir da ética e da responsabilidade de forma transversal nos diferentes componentes curriculares e atividades educacionais, pois permite a todos a partir de um olhar filosófico e multidisciplinar uma reflexão para um constante cultivo e conhecimento de si.

Segundo Gomes e Saheb,

[...] conhecer e compreender a condição humana, agrega, igualmente, o conhecimento de si. Na formação do educador, tal conhecimento está veiculado às vivências pessoais e transpessoais, que possuem caráter complexo, uma vez que o próprio educador em formação, em sua condição humana, é complexo (2019, p.30).

A incorporação desses princípios éticos no currículo escolar contribui para a formação de cidadãos éticos, responsáveis e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e consciente. Esse processo que vem de dentro para fora, externalizado é o que chamamos de autoformação. “A autoformação aparece aqui como o surgimento de uma consciência original na interação com o meio ambiente. A autoformação se caracteriza pelo imbricamento da reflexividade e da interação entre a pessoa e o meio ambiente (GALVANI, 2002, p. 97). Assim, a autoformação, por sua vez, deve ser entendida como uma possibilidade transdisciplinar de conceber um equilíbrio da condição humana de existência, do ser plural, que é mente, corpo e espírito.

A autoformação envolve um processo contínuo de aprendizado que é intrinsecamente motivado e orientado pelo próprio aluno que foi ensinado desde cedo a ser autônomo e ter uma consciência crítica diante dos valores sociais e culturais em que está inserido. Esse processo enfatiza o papel do aluno como um agente ativo em sua própria educação, explorando e interagindo com o mundo ao seu redor para construir sua própria compreensão. No contexto de uma educação orientada para a complexidade e a responsabilidade, a autoformação desempenha um papel crucial. Os princípios éticos e de responsabilidade que discutimos anteriormente não

podem ser simplesmente ensinados de maneira didática; eles devem ser vivenciados e incorporados pelo aluno em sua interação com o mundo. Através da autoformação, os alunos podem desenvolver uma consciência profunda de sua interconexão com o mundo e de sua responsabilidade para com ele.

Além disso, a autoformação se alinha com a visão transdisciplinar de educação proposta por Morin. Ao enfatizar a interação contínua entre o indivíduo e o ambiente, a autoformação promove uma compreensão integrada e holística do mundo. Isso permite que os alunos vejam as conexões entre diferentes disciplinas e compreendam como essas disciplinas se relacionam com questões mais amplas de ética e responsabilidade. “O educador com formação transdisciplinar se mostra um ser-no-mundo-com-os-outros, por isso é dependente do outro para se fazer *complexus* e integral. É um ser plural e coexistente, que se mostra por inteiro” (ANDRADE, 2011, p. 94). Esse ser habita o mundo do educar e desenha o sentido do seu mundo no enfrentamento da vida como ela é, desvelando seus aspectos fragmentados, frutos de uma formação disruptiva e buscando um sentido num mundo permeado pelas incertezas e ilusões que fazem parte da teia da própria existência.

Por isso a importância de criar espaços de reflexão e debate, discutir questões éticas e refletir sobre as consequências de nossas ações em relação ao todo interconectado. Morin destaca que educar para compreender algum componente curricular é uma coisa, mas educar para a compreensão humana é outra. E é justamente nesse último aspecto que se encontra a missão propriamente espiritual da educação: “ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade” (2000, p. 93). A educação para a responsabilidade implica em educar para a consciência, para a reflexão e para a avaliação das ações. Além disso, a formação de professores deve promover uma postura exemplar dos educadores, que devem agir de acordo com os princípios éticos e demonstrar responsabilidade em suas práticas pedagógicas.

### 3.1 Ensinar a identidade terrena

Além da necessidade de compreendermos a importância da nossa condição humana complexa é preciso saber que a humanidade possui sua identidade como um ser terreno, ou seja, reconhecemos e compreendemos nossa profunda conexão com o planeta Terra. Morin argumenta que todos os seres humanos, apesar de suas diferenças culturais, étnicas, linguísticas e religiosas, compartilham uma herança e destino comuns ligados à Terra. O ensino dessa “identidade terrena” é, portanto, uma maneira de promover a consciência de que somos todos habitantes de um mesmo planeta e que tanto o nosso passado quanto o nosso futuro estão profundamente interligados.

Sua identidade biológica é plenamente terrestre, uma vez que a vida emergiu, em terra, de misturas químicas terrestres em águas turbilhonantes e sob céus de tempestades. E essa identidade fisicoquímica terrestre, inerente a toda organização viva, comporta nela mesma uma pluri-identidade cósmica, já que os átomos de carbono necessários à vida terrestre se formaram na forja furiosa de sóis anteriores ao nosso, e bilhões e bilhões de partículas que constituem nosso corpo nasceram há 15 bilhões de anos nos primórdios irradiantes de nosso universo (MORIN, 2003, p. 56).

A citação de Morin ressalta a conexão profunda entre o indivíduo e o universo. Somos compostos de elementos que foram formados em estrelas antigas e que encontraram o seu caminho na Terra através de processos cósmicos complexos. Nossa existência é, portanto, intrinsecamente ligada ao cosmos e à Terra. Essa compreensão profunda de nossa conexão com o mundo ao nosso redor é um aspecto fundamental da autoformação. Ao reconhecermos nossa identidade biológica como sendo plenamente terrestre e, ao mesmo tempo, cósmica, somos levados a uma consciência que transcende as fronteiras do individualismo e nos orienta para a interconexão, interdependência e responsabilidade compartilhada. Essa percepção, que pode ser cultivada através da autoformação, tem implicações profundas para como entendemos a nós mesmos e como nos relacionamos com o mundo ao nosso redor.

Educar para essa consciência exige que abracemos a complexidade na formação docente. A educação não pode se limitar ao conhecimento de fatos isolados, mas deve promover

uma compreensão integrada do mundo, que reconheça as conexões entre diferentes campos de conhecimento e compreenda como eles se relacionam com questões éticas e sociais mais amplas. Nesse sentido, a formação docente deve ser transdisciplinar, envolvendo uma abordagem integrada e holística à educação que reflita a complexidade do mundo real. Ao cultivar essa compreensão integrada da realidade em nossos educadores e alunos, podemos promover uma ética da responsabilidade que reconhece nossa interconexão com o mundo e nossa obrigação de cuidar dele. Este é um passo crucial na formação de cidadãos éticos, responsáveis e comprometidos, capazes de enfrentar os desafios complexos de nossa época e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e que ao mesmo tempo ensine a identidade terrena pelas vias da complexidade para quebrarmos os paradigmas reducionistas da vida a apenas um aspecto.

Nesse sentido, a identidade terrena se torna uma maneira de transcender as divisões e conflitos que muitas vezes caracterizam as relações humanas, enfatizando a interdependência entre os seres humanos e a necessidade de colaboração para enfrentar os desafios globais, como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, a pobreza e a desigualdade. Refletindo sobre a nossa condição e história, Morin ressalta que “a história humana começou por uma diáspora planetária que afetou todos os continentes, em seguida entrou, nos tempos modernos, na era planetária da comunicação entre os diversos fragmentos da diáspora humana” (2000, p. 65). Assim, ensinar a identidade terrena é um apelo para o desenvolvimento de uma consciência global, uma sensação de pertencimento ao planeta e um senso de responsabilidade compartilhada pela sua preservação e pelo bem-estar de todos os seus habitantes.

A história humana é marcada por uma dinâmica de migrações e diásporas, iniciando a partir da origem da humanidade no continente africano e posteriormente se expandindo para todos os outros continentes. Essa expansão humana, que ocorreu ao longo de milênios, teve um impacto profundo na configuração do mundo como o conhecemos, formando uma intrincada tapeçaria de culturas, línguas e tradições que dão ao nosso planeta sua incrível diversidade.

A era moderna, por sua vez, introduziu um novo capítulo nesta história de diáspora e expansão: a era da comunicação planetária. Graças aos avanços tecnológicos nas comunicações e transportes, os fragmentos da diáspora humana, anteriormente isolados e distantes, passaram

a se conectar e interagir de maneiras nunca antes possíveis. Este fenômeno trouxe consigo novos níveis de interconexão e interdependência entre as diversas populações humanas. Essa interação global, porém, não se dá sem conflitos e tensões. Enquanto a comunicação global facilitou a troca de informações, ideias e culturas, também contribuiu para a disseminação de conflitos e desigualdades. Além disso, a interconexão global trouxe à tona a consciência da fragilidade de nosso planeta e dos desafios que enfrentamos como uma comunidade global, tais como as mudanças climáticas, a preservação da biodiversidade e a luta contra a pobreza e as desigualdades sociais.

Portanto, no contexto da identidade terrena proposta por Morin, a história de diáspora e comunicação planetária da humanidade implica uma responsabilidade compartilhada e uma necessidade de solidariedade e cooperação para enfrentar os desafios globais que nos afetam coletivamente. A compreensão dessa história é fundamental para a construção de uma educação voltada para a consciência da interdependência humana e a valorização de nossa diversidade cultural e biológica.

A compreensão da humanidade como uma entidade global e interconectada, inerentemente entrelaçada no delicado equilíbrio do nosso planeta, convida a um novo paradigma de pensamento e educação. Conhecimentos sistematizados, sejam eles técnicos, científicos ou populares, quando inter-relacionados, possibilitam uma visão mais complexa e completa da realidade. Isso nos leva a perceber a importância de nos distanciarmos das simplificações reducionistas e a nos aproximarmos de uma abordagem que valorize a pluralidade e a interconexão. Essa perspectiva, que transcende a mera acumulação de conhecimentos, demanda um novo tipo de formação, especialmente no âmbito da educação. Nesse contexto, a formação docente deve ultrapassar a transmissão de conteúdos e competências técnicas e abraçar a formação humana em sua plenitude, incorporando aspectos éticos e afetivos.

A formação docente do século XXI não apenas requer a compreensão de nossa interconexão com o mundo, mas também a compreensão de nossa identidade terrena. Essa identidade, como Morin sugere, é uma compreensão profunda de nossa conexão inerente com a Terra e o cosmos. Portanto, a educação do futuro deve ser projetada para nos ajudar a descobrir

e entender essa identidade, abraçando uma perspectiva que reconheça a interconexão e a interdependência de todos os seres vivos. A autoformação desempenha um papel crucial nessa jornada, permitindo-nos um envolvimento responsável de maneira ativa e reflexiva na construção do conhecimento e compreensão do mundo. Desta forma, não somente prepararemos cidadãos conscientes da complexidade do nosso mundo, mas também indivíduos que reconhecem e valorizam sua identidade terrena, cientes de sua responsabilidade compartilhada na manutenção do equilíbrio ecológico do planeta.

#### 4. SOLIDARIEDADE E DIREITOS HUMANOS

Na jornada contínua para compreender a complexidade da condição humana descobrimos uma necessidade intrínseca de solidariedade focada nos Direitos Humanos e na Justiça Social como um componente crítico. O reconhecimento e respeito aos direitos humanos são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, adotada em 1948, estabeleceu uma série de direitos e liberdades fundamentais para todos os seres humanos, independentemente de sua raça, cor, religião, sexo, língua, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição (ONU, 1948). Este documento seminal não apenas reconhece a dignidade inerente e os direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana como a base da liberdade, da justiça e da paz no mundo, mas também destaca a responsabilidade coletiva que todos nós compartilhamos na realização desses direitos e liberdades.

A justiça social, como John Rawls expressa em sua obra *Uma teoria da Justiça*, implica em uma distribuição equitativa onde “todos os valores sociais – liberdade e oportunidade, renda e riqueza, e as bases sociais da autoestima – devem ser distribuídos igualmente a não ser que uma distribuição desigual de um ou de todos esses valores traga vantagens para todos” (2000, p. 66). Essa é uma questão fundamental que aborda a igualdade de oportunidades e a não discriminação. Na realidade, entretanto, observamos um mundo em que a distribuição de recursos é extremamente desigual. O relatório de janeiro de 2020 da Oxfam sobre a

desigualdade global, Tempo de Cuidar destaca que “a riqueza do 1% mais rico do mundo é o dobro da riqueza de 6,9 bilhões de pessoas” (OXFAM, 2020, p. 04). Essa discrepância gritante ilustra a falha sistêmica em garantir a justiça social e o respeito aos direitos humanos.

Portanto, uma abordagem centrada nos direitos humanos e na justiça social é crucial para enfrentar as complexidades da condição humana e a necessidade de solidariedade. É uma questão de garantir que cada indivíduo seja tratado com dignidade, tenha acesso igual aos recursos e tenha a liberdade de viver a vida que escolher. Como o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma, “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Eles são dotados de razão e consciência e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (ONU, 1948). Assim, ao integrarmos as perspectivas da complexidade e solidariedade, da identidade terrena, da Ética do Cuidado e dos Direitos Humanos e Justiça Social, estamos trilhando um caminho que considera a integralidade da condição humana. Tal caminho visa superar as inúmeras dicotomias que temos historicamente criado, reconhecendo a interdependência e pluralidade que nos caracterizam.

Ao fazer isso, nos desafiamos a ir além das limitações dos nossos sistemas atuais e imaginar novas formas de existir, de se relacionar e de aprender. O que se busca é uma abordagem holística para a educação, onde cada indivíduo seja reconhecido em sua unicidade e onde o coletivo seja percebido como a teia de conexões interdependentes que verdadeiramente é. Dessa forma, a aprendizagem da condição humana não é mais apenas uma disciplina a ser aprendida, mas uma jornada de auto e co-conhecimento, de reconhecimento do outro, de desenvolvimento de uma consciência global e de engajamento ativo em um mundo cada vez mais interconectado, complexo e carente dos reconhecimentos efetivos de direitos para a dignidade da humanidade.

Assmann e Mo Sung destacam ainda que há uma Epistemologia Solidária e que ela possui como objetivo a criação de condições para a construção de uma sociedade justa e solidária, pois “nós não estamos preocupados somente com a coesão e a reprodução social. A nossa principal preocupação, ao tratarmos da questão educação e solidariedade, consiste na integração ou inclusão da massa dos/as excluídos/as na vida social” (2000, p. 58). Isso é o que possibilitará que os excluídos possam viver uma vida mais digna e prazerosa. Esse papel apesar

do senso comum pensar que está afastado do papel do professor, ao contrário, está intrinsecamente ligado ao papel social que o professor desempenha diante da sociedade multifacetada e solícita de ajuda pela via da educação.

A primeira coisa que precisamos ter em mente é que o conhecimento não é neutro, mas é influenciado por fatores sociais, políticos e econômicos. Assim, a produção e o uso do conhecimento devem ser guiados por princípios éticos e morais que promovam a justiça social e a solidariedade e não como um dispositivo que separa a sociedade entre os que “sabem” ou possuem conhecimentos técnicos dos que “não sabem” ou se utilizam de conhecimentos populares. Essa distinção é leviana e não colabora para o desenvolvimento das nações enquanto um povo que que deseja um crescimento mútuo.

Assim, a incorporação de uma visão de mundo complexa, a promoção da autoformação e o reconhecimento de nossa identidade terrena são fundamentais para a educação do século XXI. É através desse paradigma educacional que podemos realmente enfrentar os desafios de nosso tempo e construir uma sociedade mais justa, sustentável e solidária. A educação, e em particular a formação docente, é um dos principais instrumentos de transformação social. E ao promover uma abordagem educacional que enfatiza a interconexão, a responsabilidade ética e a solidariedade, estamos investindo no futuro de nosso planeta e concomitantemente da humanidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS

A análise e discussão abordada neste artigo reflete a necessidade imperativa de reconfigurar a formação docente no contexto da complexidade de nossa realidade atual. Este novo paradigma educacional exige que consideremos as múltiplas dimensões da experiência humana – nossa identidade terrena como Morin aponta, nossa interconexão e interdependência com o mundo e o universo, e nossa capacidade de promover a solidariedade e a justiça social por meio da educação. No entanto, a compreensão e aplicação desse paradigma complexo não é um processo fácil ou simples. Atravessar a ponte entre a teoria e a prática requer uma reforma abrangente do sistema educacional, que vai além das mudanças curriculares. Exige um

redirecionamento do próprio objetivo da educação, colocando o desenvolvimento humano integral e a transformação social no centro de suas preocupações.

É importante que os educadores reconheçam e desafiem as estruturas de poder e privilégio existentes que muitas vezes perpetuam a exclusão e a injustiça. Como Assmann e Mo Sung argumentam, precisamos de uma *Epistemologia Solidária*, que visa promover a justiça e a inclusão por meio da educação. A autoformação é um elemento crucial neste processo. Ela permite que os alunos se tornem participantes ativos em seu próprio aprendizado, fomentando a reflexão crítica e a responsabilidade pessoal. No entanto, a implementação efetiva da autoformação exige que reconheçamos e valorizemos todas as formas de conhecimento e experiência, evitando uma divisão prejudicial entre aqueles que sabem e aqueles que não sabem.

Estas considerações, no entanto, são apenas um ponto de partida. A transição para um paradigma educacional complexo requer uma discussão contínua e reflexão crítica, tanto na academia quanto na sala de aula. A pesquisa e o debate devem continuar a explorar a relação entre a educação e a complexidade da experiência humana, bem como as implicações práticas dessa relação para a formação docente. Ainda assim, o que permanece claro é que a educação, e especificamente a formação docente, é um componente fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, sustentável e solidária. Embora o caminho para a mudança possa ser complexo e cheio de desafios, a promessa de uma sociedade mais justa e solidária torna a jornada não apenas necessária, mas também profundamente gratificante.

Por fim, devemos nos lembrar que, como Morin sugere, estamos todos intrinsecamente ligados à terra e ao cosmos. Reconhecer e ensinar essa identidade terrena é, portanto, fundamental para a formação docente do século XXI. A educação não é uma questão isolada, mas uma questão planetária. E à medida que continuamos a explorar a complexidade de nossa existência, a educação e a formação docente serão cruciais para navegar no futuro incerto, mas promissor, que nos espera.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Izabel Cristina Feijó de. **A inteireza do ser: uma perspectiva transdisciplinar na autoformação de educadores**. 2011. 210f. Doutorado (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, RS, 2011. Disponível em:

<https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/3716/1/437778.pdf>. Acesso em: 12 de jul. 2023.

ASSMAN, Hugo; MO SUNG, Jung. **Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia oprimido**. 65. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GALVANI, Pascal. **A autoformação, uma perspectiva transpessoal, transdisciplinar e transcultural**. In.: Educação e Transdisciplinaridade II. São Paulo: TRIOM/UNESCO, 2002.

GOMES, Yasmin Leon; SAHEB, Daniele. **Ensinar a condição humana: uma reflexão sobre educação ambiental, música e autoformação**. In.: Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, v. 36, n. 2, p. 26 a 43, mai./ago. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8869/5911>, Acesso em: 13 jul. 2023.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

NODDINGS, Nel. **Starting at Home: Caring and Social Policy**. Berkeley: University of California Press, 2002.

NUSSBAUM, Martha. **Not for Profit: Why Democracy Needs the Humanities**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

ONU - **Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 19 jul. 2023.

OXFAM. **Tempo de Cuidar**. Documento informativo da OXFAM. Janeiro de 2020.  
Disponível em: <https://ur1.app/relatoriодаoxfam2020>. Acesso em: 19 jul. 2023.

RAWLS. John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

---

Submetido: 23/07/2022

Aprovado: 30/09/2023